INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

***Campus* Porto Velho Zona Norte**
Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD

GISLAINE DE OLIVEIRA

MILDRE JAQUELINE PEREIRA BAHIA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: ANÁLISE DA INSERÇÃO DA TEMÁTICA NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DO IFRO

PORTO VELHO

2025

GISLAINE DE OLIVEIRA
MILDRE JAQUELINE PEREIRA BAHIA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: ANÁLISE DA INSERÇÃO DA TEMÁTICA NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DO IFRO

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciadas, junto ao Curso de Pedagogia, sob a orientação do professor Me. Samuel dos Santos Junio.

PORTO VELHO
2025

GISLAINE DE OLIVEIRA

MILDRE JAQUELINE PEREIRA BAHIA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: Análise Da Inserção Da Temática Nos Currículos De Formação Inicial De Professores Do Ifro

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciadas, junto ao Curso de Pedagogia, sob a orientação do professor Me. Samuel dos Santos Junio.

Aprovado em: 08/12/2025 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
gov.br CLEDENICE BLACKMAN
Data: 05/01/2026 16:20:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____ _____
Cledenice Blackman

Documento assinado digitalmente
gov.br JAMILE MARIANO MACEDO TABORDA
Data: 05/01/2026 17:04:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Jamile Mariano Macedo Taborda

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIA JOVANI DE OLIVEIRA NUNES
Data: 02/01/2026 11:38:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Márcia Jovani de Oliveira Nunes

Documento assinado digitalmente
gov.br SAMUEL DOS SANTOS JUNIO
Data: 02/01/2026 21:47:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Samuel Santos Junio

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Oliveira, Gislaine de.
Educação antirracista no Instituto Federal de Rondônia: análise da inserção da temática nos currículos de formação inicial de professores do IFRO / Gislaine de Oliveira, Mildre Jaqueline Pereira Bahia. - Porto Velho, 2025.
15 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Samuel dos Santos Junio.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Educação antirracista. 2. Formação de professores. 3. IFRO. I. Bahia, Mildre Jaqueline Pereira. II. Santos Junio, Samuel dos (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: ANÁLISE DA INSERÇÃO DA TEMÁTICA NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DO IFRO

RESUMO: O presente trabalho analisa a inserção da temática da educação antirracista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das licenciaturas do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), com o objetivo de investigar como a diversidade racial é contemplada na formação inicial docente. A pesquisa fundamenta-se na hipótese de que a ausência de uma abordagem estruturada compromete a formação crítica dos futuros professores. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa e documental, analisando dez PPCs de cursos de licenciatura ofertados pela instituição. O tratamento dos dados seguiu a Análise de Conteúdo categorial proposta por Bardin (2011), utilizando a triangulação de dados para cruzar a presença nominal de disciplinas, a transversalidade nas ementas e as prescrições nos regulamentos de estágio. Os resultados indicaram uma predominância de menções transversais e diluídas à temática, em detrimento de componentes curriculares específicos. Constatou-se que apenas um curso apresentou disciplina obrigatória de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e nenhum curso previu práticas antirracistas explícitas nos estágios supervisionados. Essa lacuna revela um descompasso entre a aderência formal à legislação e a inserção efetiva do tema no currículo prático. Conclui-se que é urgente uma revisão curricular que transcenda o cumprimento burocrático da lei, integrando o letramento racial de forma sistêmica para alinhar a prática pedagógica aos valores institucionais de equidade e inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: educação antirracista; formação de professores; IFRO.

ABSTRACT: This study examines the integration of antiracist education themes in the Pedagogical Projects of Teacher Training Courses (PPCs) at the Federal Institute of Rondônia (IFRO). It investigates how racial diversity is addressed in initial teacher education. The research is based on the hypothesis that the absence of a structured approach compromises critical teacher formation. A qualitative and documentary approach was adopted, analyzing ten PPCs from undergraduate courses offered by the institution. Data treatment followed Bardin's (2011) categorical content analysis, using triangulation to cross nominal presence of disciplines, transversality in course descriptions, and prescriptions in supervised internship regulations. Results indicated a predominance of transversal and diluted mentions of the theme, at the expense of specific curricular components. Only one course presented a mandatory discipline in Education of Ethnic-Racial Relations (ERER), and no courses explicitly prescribed antiracist practices in supervised internships. This gap reveals a mismatch between formal adherence to legislation and effective integration of the theme into practical curricula. It is concluded that urgent curricular review is needed to transcend bureaucratic law compliance, systematically integrating racial literacy to align pedagogical practice with institutional values of equity and inclusion.

KEYWORDS: antiracist education; teacher training; IFRO.

1 INTRODUÇÃO

A educação antirracista constitui-se como um eixo fundamental para a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. Falar em educação é falar em transformação social, e não há transformação genuína sem uma educação antirracista que construa uma sociedade mais justa para todos. Conforme afirma o Parecer CNE/CP 003/2004, "a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime" (Brasil, 2004, p. 6).

A trajetória da educação antirracista no Brasil não pode ser dissociada da ação histórica do Movimento Negro, que, desde o pós-abolição, constitui-se como ator político e educador, produtor de saberes emancipatórios e agente de tensionamento das políticas públicas. Conforme afirma Gomes (2017, p.14), "o Movimento Negro é um educador", pois suas práticas e saberes "reeducam a sociedade e a escola" (Gomes, 2019, p. 39) e questionam "a produção de subjetividades conformistas que imperam nos currículos" (Gomes, 2017, p. 56). A autora enfatiza ainda que "se não fosse a luta do Movimento Negro, [...] muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana não teria acontecido" (Gomes, 2017, p.18). Ao compreender o Movimento Negro como educador, reconhece-se que a educação antirracista integra um projeto maior de descolonização do saber e de construção de uma pedagogia da diversidade, capaz de enfrentar as ausências históricas e emergências que marcam a história da população negra no Brasil.

Essa luta histórica, que atravessa gerações, foi determinante para conquistas legislativas significativas. A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da educação básica, enquanto a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para contemplar também a "História e Cultura Indígena". Ambas resultam de um longo processo de mobilização social que transformou reivindicações históricas em políticas públicas de Estado. Essa compreensão histórica reforça que a luta do Movimento Negro não se limita à denúncia, mas se traduz em conquistas concretas que impactam diretamente a formação docente.

Diante desse panorama normativo, torna-se necessário analisar como esses princípios são efetivados nos cursos de licenciatura. Tal exigência é regulamentada

pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais, instituídas pela Resolução CNE/CP 01/2004. Segundo o referido instrumento, as instituições de ensino superior devem incluir, no conteúdo das disciplinas e atividades curriculares, a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento das questões que dizem respeito aos afrodescendentes (§1º), sendo o cumprimento dessas diretrizes considerado na avaliação das condições de funcionamento dos cursos (§2º). Essa normatização evidencia que a formação inicial e continuada de professores é um eixo estratégico para consolidar uma pedagogia antirracista, capaz de enfrentar as ausências históricas e promover práticas educativas emancipadoras.

Este trabalho propõe analisar a presença dessa temática nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das licenciaturas do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). A investigação é de natureza qualitativa construída por meio do levantamento e análise documental que utiliza os preceitos metodológicos da análise de conteúdo descritiva, propostos por Bardin (2011), para mapear a presença de disciplinas sobre educação antirracista, a transversalidade desses conteúdos e a prescrição de práticas nos estágios supervisionados. A curiosidade científica nos levou a investigar diretamente na fonte: os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), que são o "mapa" da formação de todo professor.

Este estudo fundamenta-se em produções científicas relevantes, destacando-se as obras de Pinheiro (2023), com reflexões desenvolvidas em perspectivas antirracistas sobre a descolonização das mentes e a prática educacional, e Ferreira (2018) e Coelho (2024), que apontam lacunas vivenciadas no processo de formação inicial de professores e as tensões moldadas por circunstâncias históricas e culturais intrínsecas aos currículos.

A motivação para esta pesquisa foi o desejo de contribuir para uma reflexão crítica, de cutucar a ferida e ajudar a construir uma formação de professores que realmente valorize a diversidade e combata o racismo de frente.

Os resultados buscam sensibilizar para um olhar comprometido em transformar o processo formativo, destacando uma educação que valoriza a diversidade e luta contra o racismo em suas múltiplas manifestações.

A pesquisa está organizada em cinco partes: a introdução, que apresenta o problema, os objetivos e a relevância do estudo; o referencial teórico, que fundamenta a discussão com aportes críticos e normativos; a metodologia, que explica os

procedimentos utilizados; a seção de resultados e discussão, onde são analisados os dados à luz das teorias; as considerações finais, que sintetizam as principais conclusões e implicações; e, por fim, as referências, que asseguram a credibilidade e a rastreabilidade das fontes utilizadas.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa e documental, tendo como objeto de análise os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). A opção pela pesquisa documental justifica-se pela necessidade de investigar como a política institucional de educação antirracista está formalmente inscrita nos documentos orientadores da formação docente, permitindo a observação de variáveis psicológicas, sociológicas e históricas a partir da análise das comunicações.

O corpus da pesquisa foi constituído pelos PPCs de 10 (dez) cursos de Licenciatura. Os documentos são de domínio público e foram obtidos diretamente no portal institucional do IFRO, na seção destinada aos cursos de graduação de cada campus (IFRO, 2024). A amostra contempla as licenciaturas em Física (Campus Porto Velho Calama); Ciências Biológicas (Campi Ariquemes e Colorado do Oeste); Matemática (Campus Vilhena); Geografia (Campus Cacoal); Pedagogia (Campus Porto Velho Zona Norte); Química, Ciências Biológicas e Ciências com Habilitação em Química ou Biologia (Campus Guajará-Mirim); e Química (Campus Ji-Paraná).

O tratamento dos dados seguiu as etapas da análise documental propostas por Bardin (2011), cujo propósito é

> [...] atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (Bardin, 2011, p. 50)

Assim, foram organizadas em três polos cronológicos fundamentais: a pré - análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na segunda fase da pesquisa, procedeu-se à codificação e categorização dos dados. Optou-se pela Análise de Conteúdo Categorial (Temática), fundamentada na definição de Berelson citada por Bardin (2011), que a descreve como uma técnica de investigação para a "descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo

manifesto das comunicações". Diferente da análise puramente lexical, que se limita à contagem de palavras isoladas, a categorização temática permitiu agrupar diferentes termos e expressões: "Educação para as Relações étnico-raciais", "História/Cultura afro-brasileira", "História/Cultura Indígena", "Diversidade", "Discriminação racial", "Racismo", "DCNERER", "Multiculturalidade", "Identidade/Diferença", "Direitos Humanos", "Educação Indígena", "Educação Quilombola", "Interculturalidade", "Lei 10.639/2003" e "Lei 11.645/2008", garantindo um mapeamento preciso do que os documentos efetivamente abordam. Para conferir maior segurança aos resultados, adotou-se a estratégia de triangulação interna documental. Conforme sugere Bardin, o cruzamento de diferentes fontes de informação é fundamental, pois "parece difícil obter-se uma inferência válida sem se recorrer a dados complementares" (2011, p. 171). Assim, a análise não se limitou a verificar apenas os nomes das disciplinas, mas cruzou três dimensões curriculares distintas dentro do mesmo documento para confirmar a real inserção da temática:

1. A presença nominal de disciplinas obrigatórias específicas;
2. A transversalidade da temática nas ementas de outras disciplinas;
3. A prescrição prática nos regulamentos de estágios supervisionados.

Esse procedimento permitiu verificar se a educação antirracista estava presente de forma estrutural no curso ou se aparecia apenas de maneira isolada.

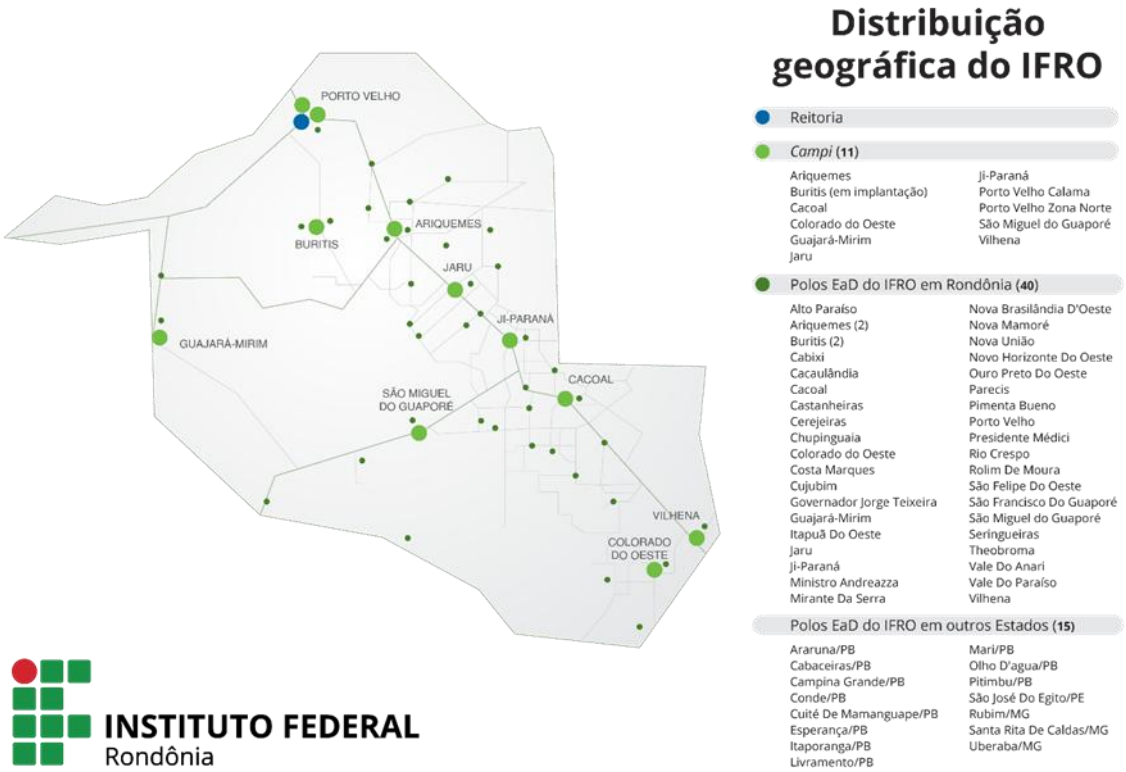
Por fim, na fase de tratamento dos resultados e interpretação, os dados brutos foram processados para se tornarem significativos e válidos. Os dados qualitativos (presença/ausência de temas) foram quantificados através de frequência de aparição. Para a organização e visualização desses dados, utilizou-se o software Microsoft Excel para tabulação e o Power BI para a geração de gráficos, condensando e pondo em relevo as informações fornecidas pela análise. A interpretação final buscou dar significação a essas características, correlacionando a ausência ou presença de sistematização curricular com o contexto da legislação educacional (Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08) e da luta antirracista.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a dimensão institucional e a abrangência da análise realizada, é fundamental situar inicialmente o locus da pesquisa. O IFRO, criado nos termos da Lei nº 11.892/2008, consolida-se como uma instituição estratégica para a interiorização do ensino superior público e de qualidade na região Norte. O IFRO

possui uma vasta capilaridade no estado, estruturada em 11 (onze) campi presenciais — localizados em Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho (Calama e Zona Norte), São Miguel do Guaporé, Vilhena e Buritis (em implantação) — além de uma extensa rede de polos de Educação a Distância (EaD) que amplia seu alcance para dezenas de municípios rondonienses e até para outros estados. Essa distribuição geográfica permite levar a oferta de ensino superior a diversas microrregiões, atendendo a uma diversidade de contextos socioculturais, desde áreas urbanas consolidadas até zonas rurais e de fronteira. A seleção dos 10 cursos de licenciatura analisados buscou contemplar essa distribuição, permitindo investigar se as lacunas na formação antirracista são ocorrências isoladas ou se refletem um padrão curricular sistêmico em toda a rede, considerando a responsabilidade institucional de formar docentes capazes de atuar em toda a complexidade do território rondoniense.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos campi e polos do IFRO.



Fonte: IFRO, 2024.

A partir da visualização dessa abrangência territorial, passamos à análise documental dos PPCs. É possível enfatizar que o exame sistemático dos documentos

demonstrou uma considerável invisibilidade no tratamento explícito de conteúdos antirracistas.

Considerando as categorias propostas por Bardin (2011), e embora haja algumas referências indiretas à diversidade cultural entre os temas trabalhados em algumas disciplinas, poucas delas abordam explicitamente o tema do antirracismo.

Para deixar essa percepção mais clara, organizamos nossos achados de forma visual. Os PPCs estão identificados da seguinte forma:

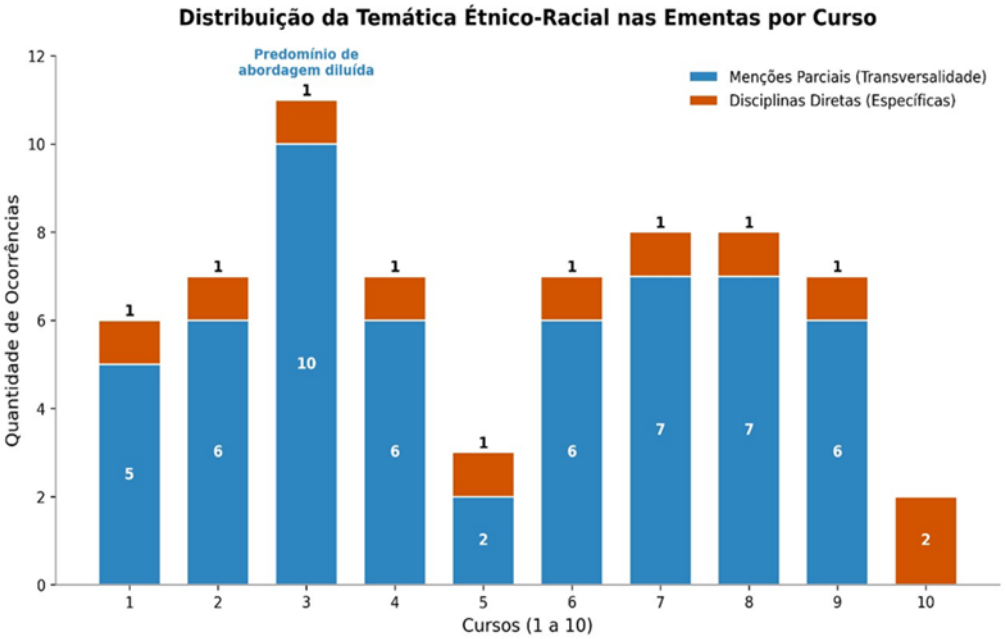
Quadro 1 – Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura do IFRO.

Código Identificador	**Curso**	**Campus**
1	Pedagogia	Porto Velho Zona Norte
2	Química	Guajará-Mirim
3	Geografia	Cacoal
4	Matemática	Vilhena
5	Física	Calama
6	Ciências Biológicas	Colorado do Oeste
7	Ciências Biológicas	Guajará-Mirim
8	Ciências com Habilitação em Química ou Biologia	Guajará-Mirim
9	Ciências Biológicas	Ariquemes
10	Química	Ji-Paraná

Fonte: as autoras, 2025.

Para qualificar a natureza da inserção da temática étnico-racial nos currículos, procedeu-se à categorização das ocorrências identificadas nas ementas. O Gráfico 1, a seguir, apresenta a análise da distinção da presença do tema, evidenciando se o tema ocupava a centralidade do componente curricular (disciplinas específicas/diretas) ou se aparecia apenas como um tópico inserido em discussões mais amplas (menções parciais/transversais).

Gráfico 1 – Menções parciais vs. diretas nas ementas por curso



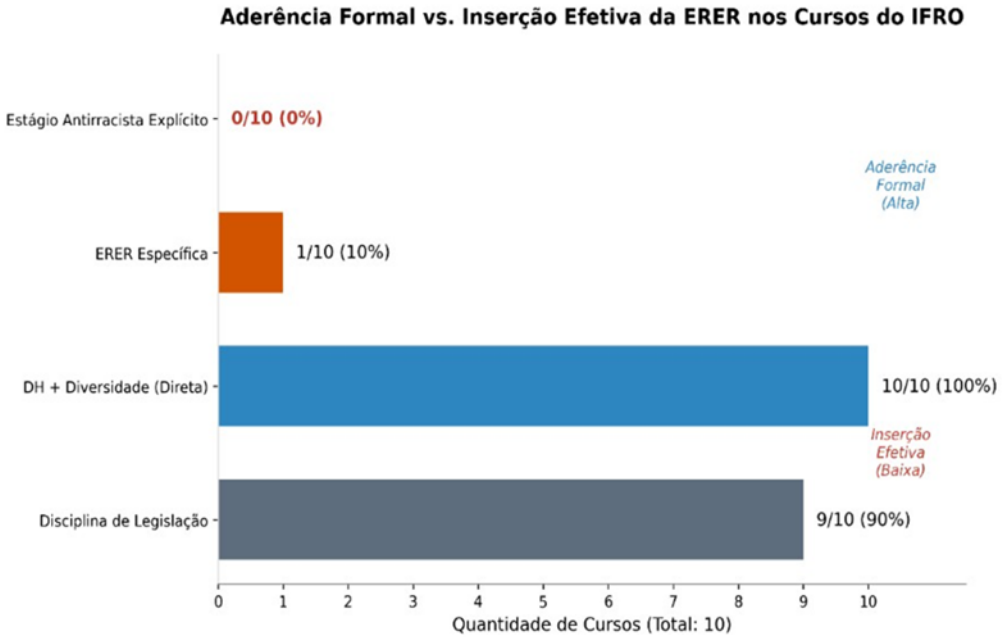
Fonte: as autoras, 2025.

Analisando este gráfico, vemos que a maioria das menções ao tema são "parciais", ou seja, diluídas em outras disciplinas. São poucos os componentes curriculares diretos, o que mostra uma falta de estruturação do tema. Esse achado é confirmado por Ferreira (2019, p. 243) ao constatar que a “questão étnico-racial na formação inicial ainda se encontra posta nos currículos [...] de forma periférica”. Não há uma sistematização que garanta que todo futuro professor saia da graduação com ferramentas sólidas para combater o racismo.

Dessa forma, a análise dos documentos revela que a maior parte do conteúdo direcionado ao tratamento das relações étnico-raciais tem sido diluído em relação a temas tópicos e não se caracteriza pela sistematização e articulação necessárias para provocar qualquer mudança real na prática pedagógica.

Para aprofundar a compreensão sobre como os currículos respondem às exigências legais, estabeleceu-se uma distinção analítica entre Aderência Formal e Inserção Efetiva. A Aderência Formal refere-se ao cumprimento genérico das normativas, manifestado na presença de disciplinas amplas sobre Legislação, Direitos Humanos e Diversidade, que tangenciam o tema sem necessariamente aprofundá-lo. Já a Inserção Efetiva diz respeito à materialização desses conteúdos em componentes curriculares dedicados especificamente à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e na sua aplicação prática durante a formação docente.

Gráfico 2 – Aderência Formal x Inserção Efetiva da ERER



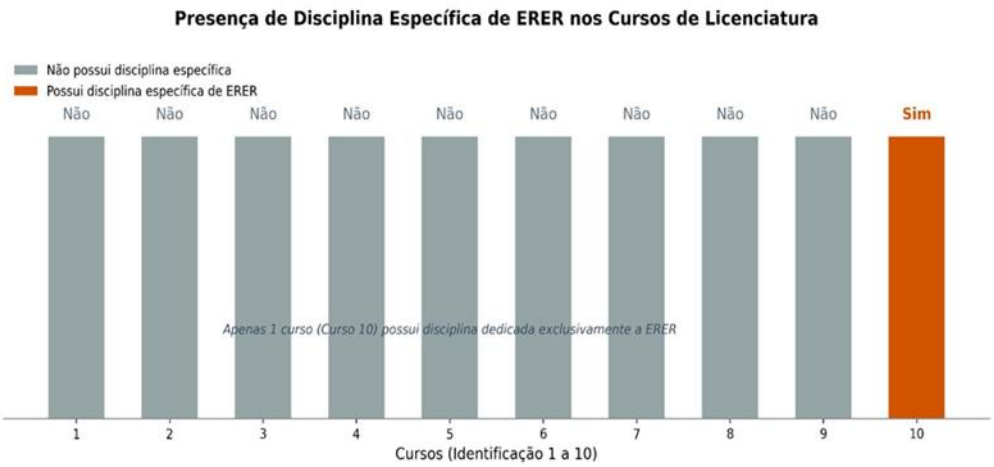
Fonte: as autoras, 2025.

Esses números nos dizem muito. Mostram que, embora a lei exista e os Direitos Humanos sejam pauta, a educação antirracista específica ainda não se tornou uma prioridade curricular, sendo tratada de forma secundária e não explícita. Quase todos os cursos (90%) têm uma disciplina sobre legislação educacional e 100% falam de Direitos Humanos e Diversidade. Isso é ótimo! Mas quando procuramos por uma disciplina específica de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), encontramos em apenas 1 dos 10 cursos (10%). E o mais chocante: nenhum dos 10 cursos menciona explicitamente a necessidade de práticas antirracistas no estágio supervisionado (0%).

Esse cenário corrobora o que observam Silva e Coelho (2024) ao analisarem currículos de licenciatura na região Norte, onde constatam que

> [...] as disciplinas que relacionam a formação de professores [...] para a ERER ainda são diminutas, sinalizando a necessidade de maior investimento acadêmico-científico em um campo ainda pouco sondado, no que tange a essa temática tão estruturante para a compreensão das diversidades, do enfrentamento do racismo estrutural presentes na sociedade brasileira (Silva e Coelho, 2024, p. 41-42).

Gráfico 3 - Presença de disciplina específica de ERER



Fonte: as autoras, 2025.

O gráfico evidencia um cenário de silenciamento institucional: 90% dos cursos da instituição analisados (representados pelas barras cinzas) não contemplam a disciplina específica em suas matrizes. Apenas o Curso 10 (Licenciatura em Química - Campus Ji-Paraná) apresenta a disciplina como componente obrigatório, destacando-se como uma exceção isolada em um contexto de formação que, majoritariamente, não garante esse espaço de discussão. Sabendo que o currículo é um campo de disputa e poder, é “importantíssimo que se tenha uma estrutura curricular diferente da dominante e uma visão diferente por parte dos docentes para a inclusão dos interesses dos grupos menos favorecidos no currículo” (Ferreira, 2019, p. 242).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final desta pesquisa nos traz uma mistura de sentimentos: a satisfação pelo trabalho concluído e a inquietação diante do que descobrimos. Ficou claro para nós que a temática antirracista ainda não foi integrada de forma plena e consciente na formação dos professores do nosso instituto.

Nossa pesquisa não é um ponto final, mas um convite para que o Instituto Federal de Rondônia olhe para si mesmo e aceite o desafio de ir além do que a lei exige, buscando um compromisso real com a transformação social. Esse movimento é essencial para que a instituição honre sua própria identidade, materializando o que está inscrito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Afinal, para cumprir a missão de promover uma educação de excelência focada na formação de cidadãos

comprometidos com o desenvolvimento social e consolidar a visão de ser um agente de transformação, é imprescindível que os valores de ética, equidade, democracia e inclusão deixem de ser apenas metas documentais.

É neste ponto que a formação docente se encontra com a ética. Para que o IFRO e seus currículos sejam verdadeiramente inclusivos, é necessário empreender o esforço descrito por Paulo Freire:

> As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis - a da coerência (Freire, 1996, p. 65).

Portanto, não basta revisar documentos; é preciso diminuir a distância entre o discurso institucional e a prática pedagógica cotidiana. Exige-se um engajamento de toda a comunidade acadêmica, gestores, professores e nós, estudantes, para garantir que a "equidade", o "respeito" e a "inclusão" saiam do papel e ocupem as salas de aula.

Esperamos que nosso trabalho sirva como uma semente de Baobá, inspirando ações que transformem de verdade a formação dos futuros professores de Rondônia. Nesse sentido, sugerimos que futuras investigações avancem para além da análise documental e adentrem o campo prático, realizando levantamentos com docentes e discentes em unidades onde essas ações já se concretizam, como no exemplo do curso de licenciatura em Química do campus Ji-Paraná. É preciso ouvir a comunidade escolar para compreender a materialidade dessas práticas e garantir que todos sejam, em sua essência e coerência, educadores antirracistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BLACKMAN, Cledenice. **A mulher afro-antilhana de Porto Velho e a sua anterioridade na educação**. 2020. 163 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: https://www.gov.br/inep/ptbr/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temasinterdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoesetnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 003/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf

COELHO, W. N. B; CAVALCANTI, E. V.; BRITO, N. J. C. **Formação de professores (as) e os 20 anos da Lei nº. 10.639/2003.** São Paulo: LF Editorial, 2024.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, V. M. **Tensões em torno da questão étnico-racial no currículo de cursos de Pedagogia.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERREIRA, V. M. **A questão étnico-racial na formação de professores - análise de currículos.** Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petropólis: Vozes, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO). **Cursos de Graduação.** Porto Velho, 2024. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/cursos. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO). **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2023-2027.** Porto Velho: IFRO, 2023. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.